

A ARQUEOLOGIA EM BUSCA DAS IDENTIDADES DO PRESENTE NO PASSADO: PERSPECTIVAS E PARALELOS DO DISCURSO ENTRE TEORIA *QUEER*, TRANSVIADA E A ARQUEOLOGIA FEMINISTA, DE GÊNERO E *QUEER* NA INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL

ARCHAEOLOGY IN SEARCH OF PRESENT IDENTITIES IN THE PAST: PERSPECTIVES AND
PARALLELS OF DISCOURSE BETWEEN *QUEER*, TRANSVIADA THEORY AND FEMINIST, GENDER,
AND *QUEER* ARCHAEOLOGIES IN THE INTERPRETATION OF MATERIAL CULTURE

Luz Bispo Lima ⁱ

Resumo Este artigo analisa as representações de gênero presentes em subáreas como a Arqueologia de gênero, Arqueologia *queer* e Arqueologia feminista, adotando uma perspectiva crítica fundamentada nas teorias de gênero, nos estudos feministas e nos estudos *queer*. O objetivo é compreender como as identidades de gênero eram construídas e representadas antes e durante os processos de interpretação da cultura material, ressaltando a importância de evitar a imposição de categorias contemporâneas sobre representações de contextos não modernos. A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica, com foco na construção social do gênero e sua influência nas leituras arqueológicas. A pesquisa propõe o uso da teoria *queer* como ferramenta para questionar normatividades de gênero e sexualidade, destacando a ressignificação do termo *queer* no contexto brasileiro como “transviado”, em oposição às normas coloniais e opressivas. Conclui-se que as discussões entre arqueologia e teorias de gênero e identidade devem ser continuamente atualizadas para atender às demandas sociais e políticas contemporâneas, promovendo interpretações inclusivas, decoloniais e plurais sobre as identidades humanas. **Palavras-Chave:** Arqueologia *Queer*; Gênero; Teoria *Queer*; Decolonialidade; Representações..

Abstract: This article analyzes gender representations found in subfields such as Gender Archaeology, *Queer* Archaeology, and Feminist Archaeology, adopting a critical perspective grounded in gender theory, feminist studies, and *Queer* theory. The aim is to understand how gender identities were constructed and represented before and during the interpretation of material culture, emphasizing the need to avoid imposing contemporary concepts onto non-modern representations. The methodology is based on a bibliographic review focused on the social construction of gender and its influence on archaeological interpretations. The research advocates for the application of *Queer* theory as a tool to challenge gender and sexual normativity, highlighting the reappropriation of the term “*Queer*” within the Brazilian context as transviado, in opposition to colonial and oppressive norms. The article concludes that discussions between archaeology and gender must be constantly updated to meet contemporary social and political demands, promoting inclusive, decolonial, and plural interpretations of human identities. **Keywords:** *Queer* Archaeology; Gender; *Queer* Theory; Decoloniality; Representations.

ⁱ Mestra em Arqueologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI); Historiadora pelo Centro Universitário Estácio de Santa Catarina. E-mail: luzbispo09@gmail.com

Introdução

As questões de gênero, especialmente no contexto das representações associadas a cultura material no território brasileiro, fornecem uma lente crucial para compreender a sociedade e sua autopercepção de identidade, ao mesmo tempo, em que levantam questões sobre as limitações das interpretações contemporâneas quando aplicadas a registros do passado, essas são, por sua vez, questões presentes no discurso crítico deste artigo.

Artigo este, que visa analisar as representações de gênero, a partir da compreensão crítica de como as identidades são construídas e representadas antes e durante o processo de interpretação de cultura material.

Para isso, a análise se baseará em uma revisão bibliográfica de teorias de gênero, sexualidade, direcionadas a perspectiva *queer*, com especial atenção às contribuições da Antropologia feminista e dos estudos *queer*. O enfoque será dado às definições contemporâneas de gênero e como essas interseccionam com as interpretações arqueológicas, bem como a possibilidade de traduzir, o que já está presente sobretudo em língua inglesa para o português brasileiro, com a realidade espacial ao qual, as pesquisas são aqui expostas, sempre considerando as limitações de aplicar conceitos modernos a sociedades antigas.

Metodologicamente, o artigo utilizará fontes bibliográficas de autores como Miriam Pillar Grossi (1998), Adriana Piscitelli (1998) e Edaniele Cristine Machado do Nascimento (2015), entre outros, para discutir a construção social do gênero e como essa construção influencia as interpretações arqueológicas.

Além disso, será feito um esforço para não sobrepor conceitos contemporâneos às representações antigas, reconhecendo que muitos desses são produtos de uma sociedade cuja leitura da identidade não pode ser vista como homogênea. Assim, a pesquisa se insere na interseção entre arqueologia, gênero e história das relações materiais e da interpretação, buscando expandir a compreensão das representações de subjetividades nas primeiras sociedades do Brasil e sua conexão com as questões contemporâneas de gênero.

Uma conversa inicial

A partir da década de 1990, a teórica Teresa de Lauretis (1991) introduziu a ideia de "teoria *Queer*" como uma forma de desafiar classificações rígidas de gênero e sexualidade. A autora propôs que a teoria *Queer* deveria questionar qualquer forma de normatividade, subvertendo as convenções e abrindo espaço para identidades mais fluidas e dinâmicas.

Esse movimento encontrou eco em diversos autores que ampliaram as discussões sobre gênero e sexualidade, me atendo ao principal nome talvez, Judith Butler, que problematizou as estruturas sociais e políticas que definem os papéis de gênero (Borges et al, 2022).

Partindo do pressuposto de que viver segundo um padrão social demonstra de forma prática como a concepção de gênero por muito tempo esteve atrelado a uma questão considerada biológica (Almeida et al, 2018). Essa transposição de ideias vem sendo discutida, especialmente no que tange a quem seriam os autores do discurso mais capacitados a argumentar. Miriam Pillar Grossi (1998) destaca esse fenômeno por meio de estudos antropológicos.

Como a Antropologia Feminista tem mostrado, essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. No caso das sociedades ocidentais, a biologia é uma explicação de grande peso ideológico, pois aprendemos que ela é uma ciência e que, portanto, tem valor de verdade. (Grossi, 1998, p. 4).

O gênero começou a ser utilizado como uma forma de se referir à organização social das distinções baseadas no corpo. Destaca-se o caráter relacional das definições normativas de feminilidade e masculinidade (Ariha et al., 1998). Essas relações refletem um perfil social já identificado em nossa sociedade: os objetos destinados a meninos e meninas na infância fazem parte disso. O kit de cozinha que, tão cedo, atribui à menina o espaço doméstico, ou o carro que simboliza a liberdade masculina (Mendonça et al., 2012). Esses estereótipos, quando medidos nas relações sociais do imaginário infantil, configuram, sobretudo na cultura ocidental (mas não unicamente), a constituição da identidade do ser.

Não há, em suma, nenhum meio para abordar o sexo em qualquer cultura, a não ser através do discurso do "Sexo", e com certeza isso é especialmente verdadeiro em culturas nas quais faltaram, agora ou no passado, os meios tecnológicos para revelar a verdadeira natureza de substâncias e processos fisiológicos subjacentes e, portanto, para distinguir entre sexo e 'Sexo'." (Moore, 1997, p. 6)

Não tenho como objetivo readequar os conceitos de gênero, seja como construção social, seja como identidade ligada ao sexo biológico (o que a muito já fora contestado), nem sobrepor conceitos que não se ajustam a necessidade epistêmica do agora.

Entendo que, todos esses conceitos são de base contemporânea, sobre uma sociedade colonizadora ou colonizada e com uma memória formada e disseminada pelo medo e violência do passado, cujas marcas históricas, são observáveis ainda atualmente. No entanto, julgo importante apontar os significados para justificar a ausência deles no eixo interpretativo. Compreendo, assim, a partir das ideias de Adriana Piscitelli (1998), em que a autora exercita a reflexão sobre o que seria gênero em uma aplicação antropológica onde

[...] o gênero não parcializa o conhecimento nem violenta categorias nativas. Mas o procedimento de “despir” o gênero envolve, simultaneamente, um conjunto de questionamentos fundamentais às perspectivas antropológicas – à universalidade da aplicação de conceitos que a autora considera reflexos das metáforas centrais ocidentais, tais como a idéia de sociedade (em relação hierárquica com o indivíduo), cultura (como artifício construído sobre a natureza) e ao próprio método comparativo (Piscitelli, 1998, p. 146).

Sabemos que, ao nascer, nos é imposto um gênero, lido a partir da identidade genital, interpretada como sexual. Ao crescer, somos inundados por objetos que visam construir esse gênero em uma conformidade. Na infância, recebemos brinquedos que exemplificam e norteiam essa construção. Aliandra Cristina Mesomo Lira e Edaniele Cristine Machado do Nascimento (2015) exemplificam essa relação ao afirmar que:

O brinquedo não é apenas um objeto do campo do entretenimento infantil, mas um instrumento que pode estar implicado no controle e regulação dos sujeitos no âmbito social e privado. Isso porque, muitas vezes, os brinquedos representam uma imposição de significados que também pode atuar como uma tecnologia de controle e subjetivação das crianças, ao veicular valores morais especificamente ocidentais relacionados ao gênero, raça, etnia e ideologia (Nascimento, 2015, p. 53).

As expressões "coisa de menino" e "coisa de menina" deixam marcas profundas na memória, pois estabelecem limites sobre o que é ou não permitido possuir. Esse sentimento de posse influencia diretamente a formação inicial da identidade de gênero. Marcam a primeira materialidade da memória, em que ser alguém, na perspectiva de gênero, é nos apresentada. Silva e Finco (2015, p. 935) no artigo “Cinema, transgressão e gênero: as infâncias de Baktay e Wadjda” afirmam que, "o gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que oferece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas interações humanas.

Pensar questões alinhadas à discussão teórica de gênero é, sobretudo, refletir sobre a cultura em que tais reflexões são analisadas. Em uma sociedade ocidental, é preciso cautela para não se generalizar e perder nesse processo, aspectos importantes na formação da identidade social e material. Como apontam Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro (1978).

(...) e originalmente a ideia de Cultura era resultado de um esforço de conscientização das diferenças dentro da Civilização Ocidental, a diferença imediata, visível, que se estabelecia no confronto com sociedades exóticas, africanas, asiáticas e americanas propunha um enigma para a consciência ocidental (Viveiros de Castro, 1978, p. 2).

A construção deste dito pensamento ocidental, demonstra as fragilidades de relacionar os indivíduos exclusivamente às questões de gênero (Vieira, 2005). Onde, de acordo com Tânia Andrade Lima (2007) no artigo “A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha”, se o velho mundo, até então conhecido, detinha a ordem natural do pudor e das relações morais, cabia ao "novo mundo" recém-descoberto um caráter primitivo, fora dos padrões aceitáveis no contexto das vidas sociais e privadas daqueles indivíduos.

Com o contato entre civilizações, seja por meio da colonização ou das relações coloniais e imperialistas, podemos contemplar a afirmação de que surge a necessidade de dar sentido à existência dos indivíduos com base em sua percepção social e de sua identidade. Henrietta Moore (1997) contribui para essa discussão ao argumentar que a concepção sexual foi incorporada ao arquétipo cultural para consolidar estruturas de poder e controle social. Assim, os corpos e as identidades dos sujeitos foram interpretados e regulamentados sob uma ótica que reforçava as normatividades vigentes.

A teoria *queer* como ferramenta crítica das normatividades e a tradução do termo para o Brasil

O termo *queer*, inicialmente usado como insulto para ridicularizar pessoas homossexuais, sofreu uma transformação radical ao longo do tempo, sendo atualmente apropriado como um termo que engloba uma multiplicidade de orientações sexuais e identidades de gênero fora do espectro cis gênero e heteronormativo (Leite, et al., 2023).

Esse processo de resignificação, reflete uma luta social e acadêmica para desconstruir discursos opressivos e normativos (Pereira, 2012), como observado por Torres e Fernandes (2021), onde, a aplicação da teoria *queer* em diferentes contextos, tanto culturais quanto históricos, ao não buscar adequar o conceito de gênero às noções de construção social ou de uma identidade longe

do discurso médico-jurista, observa que é essencial e inevitável reconhecer que essas categorias são produtos de um pensamento contemporâneo que não surge do nada: é fortemente influenciado por contextos ocidentais em processos de luta, pela sobrevivência não só destes indivíduos, como também de sua história e memória (Santos, 2023).

As discussões sobre o gênero a identidade e o que mais estiver ligado as questões *queer*, precisam ser analisadas com cautela, evitando a sobreposição de conceitos que não correspondem à experiência histórica e cultural dos principais protagonistas interessados em tornar legítima, as vivências e sobrevivências do indivíduo *queer* (Ribeiro, 2017a).

Adriana Piscitelli (1998) no artigo “Gênero em perspectiva”, conclui que o gênero, ao ser imposto ao nascer com base na leitura genital, estabelece desde cedo normas e expectativas sociais que moldam a identidade do indivíduo.

Nesse sentido, a teoria *Queer* vai além das categorias fixas e binárias, promovendo uma visão fluida e contextualizada das identidades de gênero e sexualidade (Sampaio, 2014).

Para autores como Adriana Alves Silva e Daniela Finco (2015), o gênero é uma construção social que organiza as relações humanas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. No entanto, ao aplicar essa perspectiva à análise de contextos históricos e arqueológicos, é necessário cuidado para não projetar categorias contemporâneas sobre sociedades do passado, como já pontuado por Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro (1978).

No contexto acadêmico, a teoria *Queer* continua a desempenhar um papel crucial ao desafiar paradigmas e estruturas de poder que buscam silenciar ou invisibilizar a comunidade LGBTQIAP+. Como David Halperin (1995) em sua obra “Saint Foucault: towards a gay hagiography” sugere, ser *Queer* é resistir a esses esforços de apagamento, reivindicando uma identidade em constante transformação. A teoria *Queer*, enraizada em práticas de resistência, oferece uma ferramenta poderosa para a análise crítica de sistemas de opressão e normatividade de gênero, ao mesmo tempo que possibilita a criação de novas formas de subjetividade e identidade que resistem a categorizações fixas e opressivas.

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (Butler, 2003:11).

Este trecho destaca a pluralidade dos indivíduos, com foco em suas identidades de gênero e sexualidade, e como a Teoria *Queer* oferece uma lente crítica para desafiar as normatividades vigentes. Fabiano de Souza Gontijo e Denise Pahl Schaan (2017), defendem uma abordagem construtivista para repensar categorias de sexo, gênero e sexualidade. Segundo eles, enquanto a crítica feminista confronta normas sexistas, a crítica *queer* vai além, desafiando a heteronormatividade e outras normatividades corporificadas.

A discussão sobre identidades se expande para abarcar etnia, nacionalidade, religiosidade e cultura, destacando a necessidade de representar essas vozes sem invalidar outras (Zanatta, 2011). Nesse sentido, reconfigura o olhar sobre identidades, oferecendo uma nova perspectiva sobre a construção social e cultural dos sujeitos.

No Brasil, a recepção da Teoria *Queer*, como observado por Richard Miskolci (2014), foi marcada por uma tentativa de incorporar as ideias *queer* às necessidades e práticas locais, com sua disseminação em diversas áreas do conhecimento.

Contudo, o termo *Queer* enfrentou críticas, sendo visto como uma imposição estrangeira que nem sempre reflete adequadamente as experiências de sociedades colonizadas, como o Brasil. Daí a ressignificação do termo *queer* em transviado, que conecta questões de gênero e sexualidade à resistência contra opressões coloniais.

Essa releitura do termo "transviado" carrega a ideia de uma transgressão política e social, que se opõe a normas impostas pela sociedade ocidental. Gomes, Tavares e Souza (2019) propõem que o termo seja entendido como uma forma de resistência contra padrões coloniais e opressivos. Além disso, o uso de expressões como "veado" e "bicha", historicamente pejorativas, ganha novas conotações dentro da Teoria *Queer*, desafiando o estigma social.

Portanto, a Teoria Transviada no Brasil não é apenas uma importação teórica, mas uma adaptação e ressignificação que busca legitimar vozes historicamente marginalizadas e confrontar as normas de gênero e sexualidade dominantes com recorte espacial.

A teoria transviada, uma tentativa teórica de tradução da perspectiva *queer*, ao longo de sua trajetória, busca democratizar o acesso a discursos de gênero e sexualidade para além do espaço acadêmico. Gomes Filho (2016), em seu artigo "Estudos Transviados: Algumas Reflexões", ressalta a importância de nacionalizar e regionalizar esses estudos, adaptando-os às realidades locais.

A relevância dessa abordagem está na necessidade de compreender as particularidades das vivências brasileiras, que nem sempre encontram plena representação nas teorias *queer* importadas de outros contextos. Apesar de sua importância, não reflete diretamente as especificidades regionais, culturais e sociais de um indivíduo brasileiro. Isso faz surgir a demanda por uma teoria que seja mais conectada às realidades locais, como a teoria transviada, que propõe uma ressignificação das experiências vividas em oposição às normatividades impostas pelo colonialismo e pelas estruturas de poder ocidentais.

José Gomes Filho (2016) também enfatiza que, diferentemente de uma identidade de gênero ou orientação sexual, a teoria *queer* (assim como a transviada) opera como uma postura política e crítica em relação à normatividade. Indivíduos que se identificam como *queer* ou transviados (Borba, 2020), sinalizam a sua recusa em se enquadrar nas categorias tradicionais da cisgêneridade e heterossexualidade, o que não se traduz diretamente em uma identidade fixa por outra, e sim em um gesto de contestação das normas impostas.

Adicionalmente, é fundamental educar politicamente as pessoas para ressignificar suas próprias experiências e identidades de maneira crítica, utilizando essas ferramentas teóricas para desafiar as formas de opressão. A utilidade do termo *Queer* no contexto brasileiro contemporâneo, resultaria assim, na inequívoca aceitação de sua parte brasileira (teoria transviada), por ser mais contextualizada, dentro de uma materialidade observável aos olhos de qualquer um que resida no território brasileiro, me parece procedente e prudente traduzir melhor as necessidades do movimento no Brasil.

Portanto, uma articulação de teorias de gênero e sexualidade que reconhecem as particularidades regionais e legitimam as experiências locais, enquanto ainda dialogam com as críticas globais ao binarismo e à heteronormatividade dentro do discurso da materialidade se torna essencial, tanto dentro quanto fora da academia, democratizando o debate sobre identidades dissidentes e abrindo novas possibilidades de organização política para sujeitos historicamente marginalizados (Figueiredo, 2015).

Reflexões interdisciplinares na Arqueologia feminista, de gênero e *queer*

Neste ponto, as reflexões que convergem com a pauta arqueológica. Como recorte, entendo que exista o apelo à necessidade das práticas metodológicas que se baseiam no pensamento

empírico, justificado pela interdisciplinaridade na qual a Arqueologia fundamenta seus estudos de cultura, identidade e materialidade.

Ao pensar as novas abordagens pós-estruturalistas de uma ciência arqueológica, que denomina sobretudo vertentes que surgem de outros debates, estamos tratando de ramificações autênticas de um processo de construção do pensamento científico. Nesse sentido, surgem duas subáreas que podem ser interpretadas, concomitantemente ou não, dependendo de qual vertente teórica for escolhida.

Autores como Francisco Gomes (2011) apresentam uma abordagem investigativa sobre os processos de formação e desempenho do fazer arqueológico, explicitando em um dado momento como se formam tais vertentes, bem como suas similaridades e divergências: “Por um lado, uma abordagem ligada à Antropologia Física e à adstrição dos restos humanos recuperados em contextos arqueológicos a um sexo biológico e, concomitantemente, a um gênero” (Gomes, 2011, p. 12).

Disseminam-se, assim, a ideia de que o sexo biológico é um aparato inicial para pesquisas que desempenham um papel além do entendimento do contexto social, um claro exemplo dista, está no discurso que o sexo biológico é biologia e que o gênero é social, mas que biologia? Onde estão tais fontes, que dialogam a partir do cunho material a possibilidade de uma condução dicotômica da identidade? Isso não acarretaria problemas discursivos se o trato das questões biológicas não presumisse o sexo biológico como algo tangível e imutável? Já que a noção de gênero, posteriormente introduzida, não faz parte do mesmo contexto metodológico, o que é material o suficiente dentro dos estudos arqueológicos para se generificar ossos, fragmentos genéticos etc. o status de natural e social?

A Arqueologia feminista se posiciona de forma direta nas teorias feministas. Aqui, a percepção escolhida é:

Por um lado, a crítica ao androcentrismo vigente na prática arqueológica; por outro, a falta de visibilidade das mulheres no registro arqueológico; e, finalmente, a falta de reflexão e de conceituação patente nas abordagens tradicionais às relações de gênero no passado, que conduzem a discursos de marcado pendor presentista e essencialista (Berrocal, 2009, p. 29).

A Arqueologia Feminista segundo Ribeiro (2017b) desafiou a visão tradicional sobre a maternidade, questionando a ideia de que mulheres teriam mobilidade territorial limitada devido ao cuidado com os filhos. A Arqueologia de gênero, por sua vez, ampliou essas

discussões, inserindo as teorias *queer*, ao reconhecer a diversidade de gêneros e criticar o binarismo de gênero (Ribeiro, 2017a).

A investigação da produção feminina e sua ausência escancarada no processo de formação da Arqueologia, que investiga populações e sociedades pré-históricas, caracteriza essa abordagem como centrada na invisibilidade das relações de gênero, em vez de abordar diretamente questões de gênero, longe de ser uma crítica, ainda não me parece factível que possamos contar com um discurso biológico até aqui.

Com a Arqueologia de gênero (Gomes, 2011), os contornos não se baseiam apenas na identidade feminina, mas também na ideia de que gênero e sexo biológico são construções sociais, resultando em uma agenda mais ampla que a feminista. De acordo com Dhara Rodrigues Lima (2020), em seu trabalho “Arqueologia de gênero e arqueologia feminista: termos de diferença e termos que aproximam”, essa abordagem não se desfaz das contribuições teóricas feministas, apenas atualiza e expande o foco.

A formação da Arqueologia de gênero está ligada à Arqueologia social, ao pensarmos em um discurso arqueológico como produto cultural e de atividade política (Gontijo e Schaan, 2017). Com a crescente mobilização de grupos “identitários” em busca de reconhecimento, é inevitável que a invisibilização de sujeitos não pertencentes à classe dominante seja também parte desse processo (Devulsky, 2021).

Assim, conforme aponta Francisco Gomes (2011) em seu artigo “Arqueologia e gênero(s): de strange bedfellows a um paradigma de leitura crítica do passado”.

Convergingo com o campo dos Estudos de Gênero e com a agenda pós-processual e, de forma mais ampla, Pós-Moderna, a Arqueologia de Gênero nega uma visão essencialista do passado e, sobretudo, uma inversão radical que substitua o androcentrismo vigente por um ginocentrismo igualmente enviesado (Gomes, 2011, p. 13)

Assim, com a expansão teórica, surgem questões relacionadas à representação simbólica, identidade e gênero, como exemplificado no caso da Dama de Baza, cuja iconografia levanta debates sobre posição social e possíveis leituras de gênero na cultura ibérica (Brunet et al, 2021), situada em Granada: “Acreditava-se tratar-se de um homem, por encontrarem armas na tumba; porém, a análise das cinzas levou à conclusão de que era uma mulher de alto status social” (Pagnossi, 2013, p. 58).

A relação entre o sexo biológico e a cultura material, neste caso, gerou questionamentos atuais sobre a assertividade dos resultados parciais na identificação de gênero a partir de indícios materiais (Ribeiro, 2017a; Hartemann, 2019). Se esses questionamentos fossem estruturados previamente, haveria menos desencontros e retificações nas pesquisas.

A Arqueologia *queer*, segundo Renato Pinto (2012) não tem como objetivo traçar uma historiografia da homossexualidade ou transgeneridade, mas sim descrever a presença desses indivíduos em locais muitas vezes já explorados, porém esquecidos, com base em uma política de exclusão (Hartemann, 2019).

Marina Pagnossi (2013), em seu trabalho de conclusão de curso, disserta sobre essa perspectiva, buscando um paralelo entre a história, a Arqueologia e os entrelaçamentos com a teoria *queer* e a Arqueologia *Queer*. A autora observa que a Arqueologia de Gênero vem desafiando os pressupostos da Arqueologia tradicional, moldando-se conforme os contextos regionais onde é aplicada¹.

Esse cenário nos leva a refletir sobre a necessidade de não cometermos os mesmos erros que criticamos, logo “algo a se considerar na Arqueologia de gênero é o debate das diferenças entre Arqueologia de gênero e Arqueologia feminista, e se a Arqueologia de gênero estaria dentro do pós-processualismo” (Pagnossi, 2013, p. 50).

Essas estruturas pragmáticas, que entendemos a partir do processo de construção do pensamento arqueológico, fazem parte da cientificação da área, e, a cada nova atualização de conceito, métodos e tecnologias, conjecturas epistemológicas são revistas ou entram em desuso, permitindo que outras possam compreender o comportamento dessas práticas ao longo do tempo, uma vez que o “[...] feminismo e a Arqueologia Crítica são aliados do relativismo cultural e afirmam que a construção do conhecimento é subjetiva” (Gilchrist, 1996, p. 26). A Arqueologia *queer* conclui assim a possibilidade de questionar a interpretação de materiais arqueológicos sob paradigmas superados, atualizando as práticas de interpretação da cultura material. Ao longo do último século, a visão antropológica do binarismo de gênero sofreu alterações significativas.

Autores como Fabiano de Souza Gontijo e Denise Pahl Schaan (2017) destacam que essas pesquisas, junto a estudos de biologia, primatologia, genética, paleoantropologia,

¹ Nos Estados Unidos, por exemplo, essa vertente se aproximou do pós-processualismo e da Antropologia, com foco em revisões críticas e na desconstrução das abordagens tradicionais, que carregavam um viés positivista em suas interpretações.

bioarqueologia e outras áreas, têm revelado as restrições culturais e históricas do dimorfismo sexual, promovendo a exploração da diversidade nas interações sociais humanas relacionadas à identidade de gênero e sexualidade. Essa abordagem facilita uma análise mais abrangente da diversidade nas interações sociais humanas e das complexas relações entre identidade de gênero e sexualidade ao longo da história. Podemos afirmar, portanto, não só que esta, revisa e moderniza as práticas interpretativas da cultura material, mas também possibilita uma compreensão mais refinada e diversificada das experiências humanas passadas, ao integrar novas perspectivas teóricas e metodológicas.

Considerações Finais

As múltiplas formas pelas quais os estudos de gênero se manifestam nas pesquisas arqueológicas evidenciam a importância de revisitar criticamente categorias e interpretações consolidadas. Conforme argumenta Marina Pagnossi (2013), é fundamental fomentar o diálogo entre a arqueologia feminista, a arqueologia de gênero e suas intersecções com o pós-processualismo, reconhecendo tanto suas convergências quanto suas tensões. Essas abordagens, em constante transformação, têm ampliado os horizontes teórico-metodológicos da disciplina e contribuído para uma compreensão mais plural da cultura material.

A arqueologia feminista tem desempenhado um papel decisivo ao desafiar concepções tradicionais sobre maternidade e mobilidade territorial das mulheres, problematizando a ideia de que sua participação econômica seria secundária. A arqueologia de gênero, por sua vez, avança ao revisar categorias analíticas herdadas da tradição ocidental, propondo abordagens sensíveis aos contextos locais e destacando a diversidade de práticas culturais em diferentes regiões do mundo.

A teoria *queer*, ao ser incorporada ao campo arqueológico, propõe uma desconstrução das noções essencializadas de “mulher” e “homem”, questionando as projeções contemporâneas sobre identidades passadas. Em vez de reafirmar binarismos, essa abordagem amplia o campo interpretativo ao considerar formas múltiplas de subjetivação ou mesmo a inexistência do gênero como categoria analítica fixa. Dessa forma, evita-se uma leitura anacrônica do registro arqueológico e abre-se espaço para novas possibilidades de análise.

Além de legitimar identidades historicamente marginalizadas, a arqueologia queer ressignifica práticas interpretativas, introduzindo perspectivas inovadoras sobre os usos da cultura material.

Fundamentada em críticas à heteronormatividade e às hierarquias de gênero, essa abordagem permite uma investigação crítica das estruturas sociais que sustentam a heterossexualidade compulsória e moldam as narrativas arqueológicas.

Por fim, ao identificar fragilidades nas produções tradicionais, a arqueologia *queer* — especialmente em suas vertentes transviadas e descolonizadas — propõe uma prática comprometida com a diversidade epistêmica e com a reinterpretação das experiências humanas. Assim, contribui não apenas para uma arqueologia mais inclusiva, mas também para uma história mais complexa e plural, que desafia os limites das interpretações hegemônicas e amplia as possibilidades de leitura do passado.

Referências

- ALMEIDA, S.M., JAEHN, L. e VASCONCELLOS, M., 2018. Precisamos falar de gênero: por uma educação democrática. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(2), pp.1503-1517.
- ARILHA, M., RIDENTI, S.G.U. e MEDRADO, B., 1998. Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: Editora 34.
- BERROCAL, M.C., 2009. Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de Prehistoria*, 66(2), pp.25-43.
- BORBA, R., 2020. Discursos transviados: por uma linguística queer. São Paulo: Cortez Editora.
- BORGES, R. et al., 2022. Introdução ao pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BRUNET, T.C. et al., 2021. La Dama de Baza: nuevas aportaciones a su estudio iconográfico a través del color y la fotografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, (40), pp.47-65.
- BUTLER, J., 2003. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DE LAURETIS, T., 1991. *Queer theory: lesbian and gay sexualities: an introduction*. London: Routledge.
- DEVULSKY, A., 2021. *Colorismo*. São Paulo: Editora Jandaíra.
- FIGUEIREDO, A., 2015. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista Periódicus*, 1(3), pp.152-169.
- GILCHRIST, R., 1996. *Gender and archaeology: contesting the past*. London: Routledge.
- GOMES, A.O., TAVARES, N.O. e SOUZA, N.A.O., 2019. Arqueologia e teoria queer: por uma arqueologia transviada. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 12(29), pp.343-359.

GOMES, F., 2011. Arqueologia e gênero(s): de strange bedfellows a um paradigma de leitura crítica do passado. *Revista Sapiens*, (5), pp.6-30.

GROSSI, M.P., 1998. Gênero, violência e sofrimento. *Antropologia em Primeira Mão*, (6), pp.1-22.

HALPERIN, D., 1995. *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. Oxford: Oxford University Press.

HARTEMANN, G., 2019. Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans*) além do binário. *Revista de Arqueología Pública*, 13(1), pp.99-115.

LEITE, G.S., CORDEIRO, A.L. e FREITAS, A.P.D., 2023. Infâncias trans e a pedagogia da escuta: desafios e possibilidades na educação infantil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18(esp. 2), pp.1317-1336.

LIMA, D.R., 2020. Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista: Termos de Diferença e Termos que Aproximam. In: *Caderno de Resumos da VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira/Núcleo Nordeste*. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB, p.136.

LIMA, T.A., 2007. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, (10), pp.11-26.

LIRA, A.C.M. e NASCIMENTO, E.C.M., 2015. *Infância e cultura*. Curitiba: CRV.

MENDONÇA, E.C., 2009. A divisão sexual do trabalho no espaço doméstico: um estudo preliminar com mulheres pertencentes à burguesia e ao proletariado. *Dissertação (Mestrado em Serviço Social)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

MISKOLCI, R., 2014. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica.

MOORE, H., 1997. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. (org.) *Companion encyclopedia of anthropology*. London: Routledge, pp.1-17.

PAGNOSSI, M., 2013. Arqueologia de gênero e teoria queer: perspectivas e desafios. *Dissertação (Mestrado em Arqueologia)*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

PEREIRA, P.H., 2002. Identidade e diferença: a constituição dos sujeitos e as políticas da diferença. *Cadernos Cedes*, 22(58), pp.107-122.

PINCITELLI, A., 1998. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, (11), pp.141-155.

PINTO, R., 2012. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e queer. *Revista Arqueologia Pública*, 5(1 [5]), pp.44-55.

RIBEIRO, L., 2017a. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), pp.1093-1110.

RIBEIRO, L., 2017b. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, 30(1), pp.210-234.

SAMPAIO, L.C., 2014. A sexualidade no contexto escolar: desafios e possibilidades. *Revista de Educação Sexual*, 1(1), pp.45-59.

SANTOS, J.J.S., 2023. Queer além das fronteiras: interseccionalidade e decolonialidade na reimaginação dos estudos queer. *Sociologias Plurais*, 9(2).

SILVA, A.A. e FINCO, D., 2015. Cinema, transgressão e gênero: as infâncias de Baktay e Wadjda. *Perspectiva*, 33(3), pp.933-959.

SILVA, A.P. e PEREIRA, J.C., 2015. Estudos Transviados: algumas reflexões. *Revista Interfaces: saúde, humanas e tecnologia*, 3(11).

TORRES, M.B. e FERNANDES, A.R., 2021. A construção da identidade de gênero na infância: uma análise crítica da literatura. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260033.

VELHO, G. e CASTRO, E.V., 1978. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato: Jornal de Cultura*, 1(1).

VIEIRA, M.C., 2005. A construção do feminino nas instituições escolares. *Educação e Pesquisa*, 31(3), pp.411-424.

ZANATTA, M.S., 2011. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. *Perspectivas*, 35(132), pp.41-54.